

# Comissão será instalada até o dia 10

BRASILIA — O segundo ato do Presidente José Sarney em relação à Constituinte será executado nas próximas semanas, provavelmente antes de 10 de julho, quando anunciará a composição e instalará a Comissão Constitucional, a ser presidida pelo jurista Afonso Arinos, destinada a elaborar um anteprojeto de Constituição. O anteprojeto será apresentado à Constituinte como proposta de roteiro de seus trabalhos.

Segundo um assessor presidencial, o Presidente tem critérios próprios para a composição da Comissão, embora examine atualmente várias sugestões: a lista de nomes atribuída ao falecido Presidente Tancredo Neves, a lista fornecida pelo jurista Afonso Arinos e outras sugestões de colaboradores. A composição final, entretanto, será escolha pessoal de Sarney.

Ontem, durante a reunião do Conselho Político, o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, entregou ao Presidente a relação apresentada por Afonso Arinos, da qual constam, entre mais de 20 nomes, os juristas Paulo Bonavides, José Afonso da Silva, Raimundo Faoro e Paulo Brossard. O Presidente, segundo um assessor, olhou, dobrou e guardou a lista no bolso. Entre os assessores do Presidente, há informações de que um dos nomes que ele quer indicar é o do Presidente do PFL do

Rio, Sérgio Quintela. O Ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo, recorda com frequência os nomes de Marcílio Marques Moreira e Cândido Mendes, que teriam sido lembrados, em conversas, por Tancredo Neves.

O Presidente deve escolher também o novo relator da Comissão, para substituir o Senador Fernando Henrique Cardoso, candidato à Prefeitura de São Paulo.

O Ministro Fernando Lyra disse que a lista será eclética e representativa da sociedade brasileira. Lyra reagiu às informações de que a lista enviada por Arinos tenha excluído nomes de sindicalistas que constavam da lista elaborada por Tancredo.

— A lista não exclui ninguém, porque ninguém foi anunciado oficialmente. A lista será anunciada pelo Presidente da República — afirmou.

Lyra disse ainda que a Comissão Constitucional não deliberará sobre o comportamento da futura Assembléia Nacional Constituinte, pois “a grande comissão será a própria Constituinte”.

Lyra disse ainda que qualquer alteração na mensagem de convocação da Constituinte só deverá ser feita durante a tramitação no Congresso.

Ele vai se encontrar hoje com os Lide-

res do PDS na Câmara, Prisco Viana, e no Senado, Murilo Badaró, para convidá-los para a solenidade de assinatura da mensagem e conversar sobre a emenda. Mas deixou claro que o texto a ser enviado ao Congresso será o mesmo aprovado na reunião do Conselho Político pelos Líderes da Aliança Democrática.

O Ministro não vê dificuldades para aprovação da emenda, que exige quorum de dois terços do Congresso, porque “a convocação é um consenso nacional e todos os partidos a apoiarão”. Apesar disso, fez questão de frisar que o Congresso é soberano e a emenda aprovada será fruto da decisão dos parlamentares.

Lyra afirmou que não será necessária a convocação extraordinária do Congresso durante o recesso de julho para apreciar a proposta do Governo. Segundo ele, o Congresso terá bastante tempo, ao longo do segundo semestre, para deliberar sobre a proposta.

Indagado sobre a possibilidade de introdução de algum outro dispositivo na emenda, o Ministro respondeu que a mensagem aprovada pelo Conselho Político contém dados fundamentais para a convocação da Constituinte e que as dúvidas podem ser desfeitas pelo Regimento Interno da Assembléia.